



Revista de História e Estudos Culturais

Janeiro - Junho de 2022

Vol. 19 Ano 19 n° 1

www.revistafenix.pro.br

ISSN 1807-6971



10.35355/revistafenix.v19i1.931

RELAÇÕES ENTRE MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA NO SUL DE MATO GROSSO (FINAL DO SÉCULO XIX)

RELATIONS BETWEEN MASONRY AND THE CATHOLIC CHURCH IN SOUTHERN MATO GROSSO (LATE 19TH CENTURY)

Divino Marcos de Sena *

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

 <https://orcid.org/0000-0002-3023-1120>
divinosena@yahoo.com.br

Rafael de Jesus Pereira **

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

rafael.historiador.corumba@gmail.com

RESUMO: Neste artigo analisamos a relação entre Maçonaria e Igreja Católica em Corumbá, Sul de Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia, no final do século XIX. Essa relação se constituiu de diferentes maneiras, intercalando períodos de maior proximidade com outros de embates intensos. As fontes de imprensa, breves históricos das lojas maçônicas existentes na região (Caridade e Silêncio e Pharol do Norte) fornecidos pelas instituições e por antigos membros, entre outras, embasaram a construção deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Caridade e silêncio; Pharol do norte; Igreja Católica; Corumbá

ABSTRACT: In this article it is analyzed the relationship between Freemasonry and the Catholic Church in Corumbá, South of Mato Grosso, Brazil-Bolivia border, in the late 19th century. This relationship was constituted in different ways, alternating periods of greater proximity with others of intense conflicts. The press sources, brief histories of the Masonic lodges existing in the region (Caridade e Silêncio and Pharol do Norte) provided by the institutions and by former members, among others, supported the construction of this study.

KEYWORDS: Charity and silence; Pharol do north; Catholic church; Corumbá

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Maçonaria é instituição composta por uma peculiar estrutura organizacional historicamente construída, propensa a ressignificações, com fundo teórico comum e um corpo simbólico, ritualístico e mítico passíveis de várias interpretações. Pensar a maçonaria é como pensar uma família extensa, com distintas ramificações históricas e com correspondência a variados contextos.

Boa parte dos estudiosos da maçonaria distingue as atividades maçônicas em duas fases: operativa/antiga e especulativa/moderna. Não há consenso no discurso maçônico sobre a origem da maçonaria operativa no mundo. Enquanto algumas narrativas atribuem sua ligação às antigas corporações de pedreiros medievais, outras retrocedem até a Ordem dos pitagóricos da Grécia Antiga, à construção do Templo de Salomão ou recuam ao Jardim do Éden, afirmando que Adão teria sido iniciado nos segredos maçônicos pelo próprio Deus. Diferente dos discursos maçônicos, historiadores situam as raízes da maçonaria operativa nas corporações de ofício surgidas durante o período medieval (DOPKE, 2011).

Na fase operativa, a maçonaria era uma associação corporativa de trabalhadores do ramo da construção. Elementos vinculados ao ofício desses trabalhadores como esquadro, compasso, prumo, malhete, e o nível de conhecimento das artes da construção como aprendiz, companheiro e mestre, assumiram caráter simbólico na transição para a fase especulativa (GONÇALVES, 2012). No decorrer dos séculos XVI e XVII, em regiões da Europa, as lojas operativas foram aceitando em seu círculo homens não ligados aos ofícios de construtor. O número desses membros aceitos aumentou ao ponto de superar o de pedreiros de ofício, e as lojas se transformaram em centros de debate, estudo e especulação, justificando o termo maçonaria especulativa (COLUSSI, 1998).

No Brasil, há evidências da presença de maçons desde o final do século XVIII (BARATA, 2013), mas foi no último quartel do Oitocentos que se deu a expansão e consolidação do Grande Oriente do Brasil nas diferentes províncias, apesar das divergências com a Igreja Católica e das rupturas internas com rivalidade entre o Oriente da rua do Lavradio e o Oriente da rua dos Beneditinos, na Corte Imperial (BARATA, 1999). Essa rivalidade criou uma corrida pela conservação das lojas ligadas a seus respectivos orientes, como também a busca pela criação de novas lojas numa tentativa de consolidar suas hegemonias pelo território nacional.

Essa expansão no número de maçonarias ocorreu também no período de ingresso e circulação de diferentes teorias sociais/raciais vindas do exterior (SCHWARCZ, 2014) e de aumento do ideário republicano no país e de crise do Império (FLORES, 2003). As lojas

eram ocupadas por indivíduos que, influenciados pelas novas formas de pensamento, debatiam questões sociais e políticas do momento. Foi nesse contexto mais amplo que sugeriram as primeiras lojas maçônicas no Sul da província de Mato Grosso no último quartel do século XIX, especialmente no município de Corumbá, situado no Pantanal, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Após a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870)¹, Corumbá voltou a assumir e ampliou a importância como principal centro comercial de Mato Grosso. A sua localização, à margem direita do rio Paraguai e em área de fronteira geopolítica, foi essencial para tal destaque, bem como para a fixação de pessoas de diferentes procedências e para a instalação de instituições.

Corumbá era o principal espaço urbano do Sul de Mato Grosso em fins do século XIX e início do século XX,² destacando-se com a presença de indivíduos e empresas que apostavam no comércio, na pecuária e em outras modalidades econômicas que tinham importância no cenário mato-grossense, e com a atuação de funcionários civis e militares na região (SENA, 2017). Entre essas pessoas estiveram os fundadores das lojas maçônicas Caridade e Silêncio (1872/1874)³ e Pharol do Norte (1875), as primeiras do Sul de Mato Grosso. Além de desenvolverem suas atividades econômicas, sociais e políticas, homens das elites locais ou que mantinham relação com essa parcela da sociedade uniram-se na Maçonaria, enquanto um espaço importante, para estreitar ou reforçar laços de sociabilidade, de debate, de táticas e atuação política no final do século XIX.

Em suas atuações, os maçons se relacionaram de distintas maneiras com religiosos que representavam a Igreja Católica. Este artigo analisa a relação entre essas duas instituições fundamentadas por princípios distintos, num momento em que as ideias de laicização do Estado foram ampliadas com as novas orientações teóricas, colocando em risco a posição histórica que a Igreja Católica ocupava. Fato este que contribuiu para a

¹ Corumbá foi ocupada durante a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870) pelas tropas paraguaias em princípio de 1865, o que fez interromper uma incipiente transformação que a localidade vivenciava com a abertura da navegação a vapor no rio Paraguai, ocorrida em finais dos anos 1850. O bloqueio empreendido pelos paraguaios à navegação brasileira naquele rio fez com que a presença do governo imperial na região fosse comprometida, assim como dificultou parte do abastecimento e da comunicação entre a Corte e Cuiabá, capital da província, e outras áreas já dependentes da navegação a vapor. Nos últimos anos da Guerra, quando os paraguaios começaram a sofrer graves derrotas, parcela da população que antes morava ou possuía negócios em Corumbá passou a reocupar o território (SENA, 2017).

² Após a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, Corumbá passou a pertencer a Mato Grosso do Sul.

³ O ano de 1872 marca as primeiras atividades da loja Caridade e Silêncio em Corumbá antes de sua regularização oficial pelo Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio. Em 1874 ocorreu a sua instalação oficial, mais precisamente no dia 7 de abril (LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO, 1997).

adoção de posturas ultraconservadoras de determinadas autoridades clericais, acirrando os embates entre Maçonaria e Igreja.

A relação institucional entre Igreja Católica e Maçonaria no Sul da província de Mato Grosso teve início na década de 1870, quando da fundação da loja Caridade e Silêncio em Corumbá. Essa relação vivenciou diferentes períodos que se alternaram entre momentos de maior proximidade, e outros de intensos embates. Estruturaremos nossa análise com base nos principais elementos que caracterizaram os diferentes períodos dessa relação.

O primeiro desses períodos foram os aproximadamente dezesseis anos em que o frei Mariano de Bagnaia se dividiu entre a liderança da paróquia de Corumbá (1870-1886) e a função de visitador episcopal de toda a região Sul da diocese de Mato Grosso. Essa fase abrange o momento de maior proximidade entre Igreja e Maçonaria em Corumbá. Abordaremos algumas hipóteses acerca dos elementos que possibilitaram essa proximidade, que não pode ser confundida com a inexistência de divergências entre as duas instituições.

O segundo período foi caracterizado pelas investidas iniciais de um projeto ultramontano/reformador em Corumbá. Veremos que as peculiaridades da diocese de Mato Grosso dificultaram os objetivos do bispo reformador, levando-o a constantes reformulações e, até mesmo, a relativizações de princípios tão caros ao ultramontanismo em nome de suas estratégias.

De 1886 a 1888 temos um período intermediário entre o início do projeto reformador do bispo e os embates mais incisivos entre Igreja e Maçonaria em Corumbá. Dentre os principais elementos destacamos a designação interina do padre capelão do Exército e ligado à Maçonaria, Virgílio Franco da Silva, para administrar a paróquia. Posteriormente, analisaremos o embate entre o clérigo Virgílio e o então padre da paróquia e também capelão militar Gaspar Covellis. O conflito entre esses dois clérigos demonstra tanto possíveis divisões internas no clero, quanto resistências às investidas reformadoras do bispo em Corumbá.

Por fim, analisaremos o período em que o padre Constantino de Tárzio esteve à frente da paróquia. Essa fase tem como um dos principais elementos do seu enredo os embates entre Constantino, apoiado por maçons e anticlericais, contra o bispo e seus representantes na cidade.

PERÍODO INICIAL DA RELAÇÃO ENTRE MAÇONARIA E IGREJA NO SUL DE MATO GROSSO

No século XIX, a Igreja Católica não se constituía numa instituição bem estruturada e numericamente presente em todo território brasileiro. De acordo com Colussi (1998, p. 341), a Igreja era frágil, desorganizada e desvinculada das necessidades de uma população oficialmente católica. Essa fragilidade se dava principalmente pela quantidade insuficiente de clérigos para um território tão extenso. Outro componente da fragilidade da Igreja foi a administração restrita a algumas cidades litorâneas, mantendo-se distante da maior parte do interior do país.

Em Mato Grosso, província interiorana, até a primeira metade do século XIX “a presença da Igreja estava associada à catequese indígena, à assistência religiosa aos militares, a seus familiares e à política de manutenção e de expansão das fronteiras” (MARIN, 2009, p. 86). A prelazia de Mato Grosso, constituída em 1746 pelo papa Benedito XIV, esteve sob a jurisdição da diocese do Rio de Janeiro até sua elevação à diocese em 1826 pelo Papa Leão XII. O primeiro bispo da província foi D. José Antônio dos Reis, nomeado pelo Papa Gregório em 1832 (MARIN, 2009, p. 85).

A maioria das freguesias da diocese de Mato Grosso estava vacante, recebendo visitas esporádicas de clérigos. De modo geral, o clero não gozava de prestígio entre a população, sobretudo pela conduta não condizente com os preceitos morais defendidos pela Igreja. Muitos clérigos que foram para a diocese participavam de bailes e se envolviam em jogatinas, outros abandonavam a batina para se casar com indígenas. Houve ainda casos de missionários que foram presos, e outros que, por contraírem dívidas, criaram inimizades com a população, sendo transferidos para outras localidades (MARIN, 2009).

A diocese de Mato Grosso não era uma das mais atrativas para exercer o sacerdócio. Muitos padres foram para a diocese por não terem outro emprego, mas quando podiam deixavam a região. A situação das paróquias era precária, os edifícios eram de pequenas proporções, geralmente de pau-a-pique ou taipa, cobertos de palha ou telhas. Em muitos casos, o que esses padres recebiam de pagamento do Estado não dava para sobreviver. Somando-se a isso, a maioria retornava à corte por não se adaptar ao clima da região (MARIN, 2009).

Em virtude dessa necessidade de clérigos, freis capuchinhos passaram a atuar na diocese de Cuiabá a partir de 1847 com o consentimento do bispo. A vacância era tamanha que os freis Ângelo de Caramanico e Mariano de Bagnaia ficaram a cargo de todo o serviço

clerical do Baixo Paraguai⁴ a partir de 1860. Em março de 1864, Dom José Antônio dos Reis nomeou frei Mariano como visitador episcopal, uma estratégia do bispo para amenizar a privação de assistência religiosa dos diocesanos. Frei Mariano exerceu sua função em todo Baixo Paraguai, visitando e designando indivíduos para conservar as igrejas e coordenar as funções religiosas, como também indicava comissões de católicos para a construção de igrejas ou capelas (MARIN, 2009).

Durante a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870), frei Mariano ficou aprisionado pelos paraguaios entre fevereiro de 1865 e agosto de 1869. Após o término do conflito, o frei foi nomeado, em 3 de novembro de 1869, vigário encomendado de Corumbá e Miranda, vigário forâneo e visitador da comarca eclesiástica do Baixo Paraguai e vice-prefeito da Missão Apostólica dos Capuchinhos de Mato Grosso (SQUINELO; MARIN, 2014). Essas múltiplas atribuições também demonstram a escassez de clérigos na diocese de Mato Grosso.

Em Corumbá e no seu distrito Ladário, de início dos anos 1870 até meados da década de 1880, o clero regular se constituiu basicamente do frei Mariano, com exceção de algumas ocasiões em que capelães militares auxiliavam assumindo interinamente a paróquia, visto que o frei se deslocava para visitar outras localidades. Nesse mesmo período, levando em consideração as trocas de posto e transferências, o clero secular contou com cerca de seis capelães que assistiam aos militares e seus familiares.

Frei Mariano objetivava (re)construir igrejas, capelas e cemitérios, como também reestabelecer o culto em todas as paróquias. Em Corumbá, ele pretendia construir a Igreja Nossa Senhora da Candelária. Para tal intento, montou uma comissão que ficou assim composta: Manoel d'Almeida da Gama Lobo d'Essa (Administrador), Frei Mariano de Bagnaia (Tesoureiro), Miguel Paes de Barros (Procurador), Joaquim Thimoteo Ribeiro (Secretário) e João d'Alencourt Sabo de Oliveira (Encarregado das obras) (JORNAL O Liberal, N. 123 de 29 de janeiro de 1874). Exceto o frei Mariano, os demais foram membros da Maçonaria.

A comissão responsável pela obra arrecadou donativos junto à população, que aliviou os cofres públicos e acelerou as obras. Dentre os doadores, observamos um grande número de maçons instalados em Corumbá. A presença maçônica na comissão, e entre os doadores das maiores quantias em dinheiro, representa uma articulação estratégica entre os maçons e o frei na busca de seus objetivos. O frei conseguiria apoio financeiro e de pessoal

⁴ “A região pertencente aos atuais municípios de Corumbá e Miranda faz parte da Bacia do Alto Paraguai. No século XIX, essa mesma região era denominada de Baixo Paraguai” (SENA, 2010, p. 154).

para a construção do templo, e os maçons, boa parte católicos, teriam um lugar apropriado para cultivar, além de aumentar seus prestígios diante da população, uma vez que a grande maioria deles ocupava cargos políticos e administrativos no município.

A comissão iniciou seus trabalhos arrecadando donativos no ano de 1871, e seguiu até a conclusão das obras e a inauguração da Igreja em 4 de outubro de 1877 (JORNAL O Apostolo, N. 138 de 2 de dezembro de 1877). Nesse sentido, durante o período que correspondeu ao ápice dos confrontos entre Maçonaria e Igreja em algumas províncias brasileiras, a denominada “Questão Religiosa” 1872-1874 (quando bispos interditaram confrarias, e suspenderam de suas funções eclesiásticas padres ligados à Maçonaria), maçons e Igreja Católica em Corumbá estavam articulados em um mesmo empreendimento.

A atuação enérgica de bispos e clérigos ultramontanos contra clérigos e católicos maçons em províncias onde a Maçonaria já havia se estabelecido por um longo tempo, com número considerável de lojas e membros, foi um dos principais componentes da Questão Religiosa. Não identificamos ligações do bispo D. José Antônio dos Reis que esteve à frente da diocese de Mato Grosso até sua morte em 1876 (MARTINS, 2014, p. 119) com a vertente ultramontana da Igreja. Somando-se a isso, a presença maçônica de forma institucional no Sul da província de Mato Grosso era diminuta, e se deu inicialmente quando da fundação da primeira loja maçônica em Corumbá, a Caridade e Silêncio, em 1872. Ainda ponderamos que o frei Mariano, líder quase que exclusivo da paróquia de Corumbá durante toda a década de 1870, não era membro da Maçonaria.

Portanto, Corumbá foi o primeiro município do Sul da província a vivenciar as relações entre Maçonaria e Igreja. Tanto o frei quanto os maçons sabiam dos conflitos ocorridos entre as duas instituições em outras localidades. Contudo, o frei precisava de apoio financeiro e de pessoal para seu empreendimento, e a recém-fundada maçonaria necessitava de prestígio institucional perante a população.

Após cerca de dez anos de convívio, entre as obras da igreja da Candelária e atos religiosos, em uma de suas cartas direcionadas a D. Carlos Luiz D'Amour,⁵ segundo bispo da diocese, frei Mariano disse a respeito dos maçons que:

⁵ Com a morte de D. José Antonio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá, a Princesa Isabel apresentou à Santa Sé, no ano de 1876, o nome de D. Carlos para ocupar o cargo de direção do bispado de Cuiabá. A confirmação de seu nome como Bispo de Cuiabá pelo consistório ocorreu em 21 de setembro de 1877. Ainda morando em Salvador, foi sagrado Bispo de Cuiabá em 28 de abril de 1878, aos 41 anos de idade, tomando posse por procuração, através do seu procurador Cônego Manoel Pereira Mendes, quem administrou a Diocese de Cuiabá até a chegada de D. Carlos, em 2 de maio de 1879 (MORAES, 2003, p. 27).

Para eles tanto faz morrer como animais sem o conforto da religião. Quando vão à missa ou a algum ato religioso já se julgam no ápice da santidade e imunes de qualquer erro. Esta funesta conduta de tais cristãos (é evidente formados na seita da maçonaria) que tem seu domínio prejudica a vinha do Senhor e deixam escandalizados os próprios índios. Em vez de seguir a orientação do missionário só alimentam o ódio, desprezo e aborrecimento (MARIN, 2009, p. 94).

O conteúdo dessa carta demonstra que aquela articulação inicial não isentava as divergências ainda que veladas. Aos olhares do frei, os maçons demonstravam um ar de soberba nos atos religiosos. Aparentemente, o frei como líder da Igreja buscou orientar os católicos maçons a respeito de suas condutas, mas não foi ouvido. Acreditamos que a partir desses acontecimentos as relações entre o frei e os maçons mudaram de patamar.

Após doze anos de atuação em Corumbá, e aproximadamente sete anos no distrito de Ladário, os maçons já haviam adquirido representatividade na região. Influentes na construção da igreja Nossa Senhora da Candelária, por meio da comissão e dos doadores das maiores quantias em dinheiro na década de 1870, os maçons não tiveram as mesmas atitudes na conclusão do frontispício da igreja. De acordo com frei Mariano, em maio de 1884 a obra ainda não havia terminado por falta de contribuição da população. Dentre os poucos doadores não identificamos maçons (JORNAL O Apostolo, N. 71 de 29 de junho de 1884).

Essa falta de atuação dos maçons pode ter sido uma resposta aos posicionamentos do frei. Em meio aos embates entre as duas instituições em outras localidades, o frei e os maçons disfarçaram suas divergências e atravessaram todo o período da Questão Religiosa articulados em um mesmo empreendimento.

Com a saída do frei da paróquia, e o início da atuação do bispo D. Carlos Luiz D'Amour no Sul da província, a relação entre as duas instituições ganha outros contornos em Corumbá.

O INÍCIO DAS INVESTIDAS REFORMADORAS DO BISPO D. CARLOS LUIZ D'AMOUR EM CORUMBÁ

A paróquia de Corumbá esteve vacante a partir de 1886, após a saída de frei Mariano. Essa vacância foi suprida inicialmente pelo padre Virgílio Franco da Silva que ficou encarregado interinamente e desempenhou suas funções pelo resto daquele ano. Em substituição ao padre Virgílio, o padre Gaspar Covellis foi designado definitivamente como pároco da cidade e exerceu esse cargo nos anos 1887 e 1888.

O pároco Virgílio Franco da Silva era ligado à Loja Maçônica Amor e Ordem em São Luiz de Cáceres (atual Cáceres-MT) (Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio, 1882, p. 454), que por sua vez era vinculada ao Grande Oriente do Brasil Valle do Lavradio. É provável que, enquanto esteve na cidade, participou de reuniões e atividades das lojas corumbaenses, estreitando assim suas relações com maçons influentes da região. A existência de um padre maçom na administração da igreja matriz traz novos elementos para pensarmos as intervenções reformadoras de D. Carlos em Corumbá.

O bispo diocesano era assumidamente ligado ao ultramontanismo, fato esse suficiente para inferirmos sobre seus posicionamentos contrários ao anticlericalismo e grupos propagadores de ideias liberais. Além disso, uma das principais sociedades responsáveis por propagar esses ideais, e combatida por ultramontanos durante a “Questão Religiosa” e nos anos seguintes, era a Maçonaria. Sendo assim, por que um bispo ultramontano designaria logo um padre maçom para substituir frei Mariano na direção dos paroquianos?

Dentre todas as possibilidades dessa escolha apontamos, primeiramente, o desconhecimento do bispo sobre a ligação de Virgílio à Maçonaria. Essa hipótese se torna plausível levando em consideração o trânsito dos capelães militares que dificultavam qualquer tipo de controle por parte da Igreja. Além desse trânsito, as dificuldades de comunicação entre as paróquias e a sede episcopal, característica que perdurou por muito tempo na diocese, pode ter dificultado o conhecimento do bispo a respeito dessa informação.

Outra hipótese é a de que o cenário religioso da diocese de Mato Grosso impunha exigências que obrigaram o bispo a flexibilizar a aplicação da legislação e das normas da Igreja Católica. A necessidade de preencher o cargo, somada à escassez clerical, levou o bispo ultramontano a desconsiderar as ligações do padre Virgílio com a Maçonaria, visto que, até então, nos 16 anos de existência da relação entre as duas instituições no Sul da diocese de Mato Grosso não houve problemas significativos. Portanto, existiam “problemas” maiores que a Maçonaria e/ou imediatos a serem resolvidos pela Igreja. É preciso ainda levar em consideração que a designação desse padre maçom tinha caráter provisório.

A segunda hipótese nos parece mais plausível, à medida que o padre Virgílio ficou responsável pela paróquia pelo resto do ano de 1886, mas foi substituído no ano seguinte pelo também capelão militar Gaspar Covellis. Virgílio continuou na cidade de Corumbá,

dando assistência religiosa para os militares e seus familiares. Assim, a sua substituição não se deu por vacância.

Vacâncias existiam em muitas paróquias da diocese, e um dos projetos do bispo era preenchê-las de maneira permanente com um clero disciplinado nos preceitos ultramontanos. O caráter interino da designação de Virgílio, sua ligação com a Maçonaria e substituição em um curto período não sendo por vacância, acabam evidenciando que esse clérigo não se enquadrava nos ideais preconizados pelo bispo a ponto de ser designado de forma permanente ao cargo. O bispo supriu temporariamente a vacância desconsiderando as ligações de Virgílio com a Maçonaria, mas surgindo a oportunidade substituiu o clérigo maçom.

O segundo bispo da diocese de Mato Grosso, D. Carlos Luiz d'Amour, fez parte dos bispos ultramontanos, nomeados a partir da segunda metade do século XIX. A opção do Império pela nomeação de ultramontanos se deu pela utilidade que eles tinham ao governo. De acordo com Oliveira (2015, p. 14), “o catolicismo ultramontano serviria para a manutenção de uma monarquia mais centralizadora, porquanto estariam apartados dos princípios republicanos e federalistas, comuns aos clérigos liberais”.

O movimento da reforma ultramontana era



www.revistafenix.pro.br

[...] como o espaço de assimilações e resistências criado por clérigos vinculados à ortodoxia romana, que tinham como objetivos mudar a formação religiosa a partir de uma submissão à autoridade papal. Não se trata de um grupo coeso, mas de um processo de luta constante. Essa perspectiva contou com o apoio de ordens tradicionais importantes [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 15).

Além disso, conforme Oliveira (2015, p. 14), “precisamos ter em mente que não existia um padrão de comportamento dos ultramontanos, pois as circunstâncias socioculturais e políticas de uma região interferiam na maneira como esse movimento era elaborado e visto pelos poderes civis e religiosos”.

Como apontado, nas províncias envolvidas na “Questão Religiosa”, onde as investidas dos bispos ultramontanos se deram de maneira mais contundente, a Maçonaria e a Igreja Católica coexistiam institucionalmente desde as primeiras décadas do século XIX. Somada a essa longa coexistência, nessas províncias se encontravam as presenças clerical e maçônica mais expressivas numericamente do país. Já em Mato Grosso, tanto a presença clerical quanto a maçônica eram diminutas perante as províncias onde os embates foram mais incisivos. Somando-se a isso, a primeira loja maçônica do Sul da província foi

instalada oficialmente na década de 1870 em Corumbá, sendo seus membros participantes ativos da construção da igreja matriz.

Por outro lado, D. Carlos identificou qual era a realidade da diocese onde buscaria implantar seu projeto ultramontano:

[...] fluidez institucional, isolamento das diretrizes emanadas pelo episcopado brasileiro e pela Santa Sé; ausência de igrejas e estado precário das existentes; insuficiência dos recursos do Estado para manutenção do clero e para a conservação das igrejas; escassez de clero e de vocações; seminário diocesano mal estruturado; necessidade de disciplinar o clero; grande extensão territorial da diocese e das paróquias; religiosidades heterogêneas e híbridas. A diocese estava dividida, em 1879, em 16 freguesias e contava com 21 sacerdotes, sendo 16 nacionais e 5 estrangeiros (MARIN, 2014, p. 2).

Diferente das províncias onde os bispos ultramontanos tiveram atitudes mais incisivas, as particularidades da diocese de Mato Grosso condicionaram as ações ultramontanas de D. Carlos. Grosso modo, o projeto ultramontano formulado pelo bispo consistia inicialmente na reorganização do clero. E ele faria isso através de visitas pastorais onde acompanharia de perto como viviam os sacerdotes, como administravam as paróquias, como pregavam e os costumes que sustentavam. As cartas pastorais também seriam utilizadas para deliberar correções e orientações a fim de disciplinar o clero.

Outro ponto do projeto era reestruturar o Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá. Na visão do bispo, o Seminário serviria para formar novos clérigos, e estes hierarquicamente centralizados e unificados nos preceitos ultramontanos. Quando da sua formação, os alunos dantes vocacionados seriam enviados para as paróquias vacantes, como também fortaleceriam localidades com diminuta presença clerical. Por sua formação nos preceitos ultramontanos, esse “bom clero” se sujeitaria à autoridade do bispo, e o ajudaria a implantar de fato todas as suas pretensões reformadoras na diocese (MARIN, 2014).

Em seu relatório de 1881 ao presidente da província, D. Carlos afirmou que

[...] este estado de abatimento, em que encontrei a Diocese, a de continuar até que eu possa reorganizar o meu Seminário, e elevá-lo a altura de preencher o fim a que é destinado; e confirmando agora o que disse então acrescentando ainda que sem Seminário não pode haver bom clero, sem um bom clero não pode prosperar a Religião, e sem Religião... V. EX. sabe melhor do que eu o resultado (MORAES, 2003, p. 71).

Porém, a situação que o bispo encontrou no Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá era a de que havia ali apenas três seminaristas, e estes ainda eram indisciplinados

e de péssimos costumes. O bispo expulsou os três, apesar de reconhecer que eles apenas reproduziam o mau exemplo de quase todos os diretores do seminário.

Após analisar e elaborar um histórico do Seminário, D. Carlos se decepcionou ao constatar que, em 20 anos de funcionamento, a instituição vocacionou apenas quatro sacerdotes. Ele então percebeu que dificilmente conseguiria dar seguimento ao seu projeto de reorganização do clero a partir do Seminário. Desse modo, o início do projeto ultramontano do bispo D. Carlos na diocese de Mato Grosso se reduziu a intervenções ao clero e aos diocesanos por meio de visitas e cartas pastorais.

D. Carlos chegou com sua comitiva na cidade Corumbá em setembro de 1886. De acordo com Marin (2009, p. 105),

A visita pastoral iniciava-se com a chegada do bispo a um local previsto. Após os cerimoniais para recepcionar a comitiva, D. Carlos discursava, anunciando a abertura da viagem, quais seus fins e, após, eram publicadas as indulgências aos católicos. Os fiéis que não estavam em dia com as obrigações da Igreja Católica eram convocados para regularizar sua situação religiosa e os problemas encontrados eram sanados. A visita impunha uma intensa programação: vistoriar os arquivos paroquiais, condições de culto, igrejas e cemitérios, visitar as autoridades e os pobres, avaliar e vigiar o clero e lembrá-lo das obrigações do estado sacerdotal. Havia uma intensificação das vivências religiosas: eram sermões, Te Deum, procissões, cerimônia do beija-anel episcopal, terços acompanhados por prédicas, festas do calendário cristão; ensinava-se o catecismo e administravam-se todos os sacramentos.



O padre Virgílio realizou todos os preparativos para a recepção do bispo. Após o cerimonial de recepção e a missa celebrada por Virgílio, D. Carlos seguiu para o aposento preparado a ele e sua comitiva episcopal. O objetivo principal do bispo era (re)cristianizar e sensibilizar os diocesanos à prática da religião católica centralizada nos princípios ultramontanos, como também observar o clero de perto. Os poucos dias que a comitiva permaneceu em Corumbá, os atos se dividiram entre a realização de sacramentos, sermões, cerimoniais e a ampla distribuição de estampas, santinhos, medalhas, terços e outros objetos de devoção.

De acordo com o relatório da visita pastoral

[...] as obras da igreja de Santa Teresa, na praça do mesmo nome, estavam abandonadas e temia-se que assim permanecesse por muito tempo. A igreja matriz foi considerada pobre em alfaias e paramentos, porém foi considerada de grandes proporções e de construção sólida. Ali, a maioria das benfeitorias religiosas foi construída por leigos. O cemitério tinha pequenas proporções e a capela do cemitério achava-se em ruínas (LEITE, apud MARIN, 2009, p. 116).

Importante ainda perceber no relatório, o reconhecimento das benfeitorias religiosas construídas por leigos. Já apontamos a participação dos maçons na construção da igreja matriz com as doações e na composição da comissão responsável pelos andamentos das obras. Ou seja, discretamente as ações dos maçons direcionadas à Igreja Católica em Corumbá foram reconhecidas de maneira positiva durante a visita de D. Carlos.

O bispo recebeu inúmeros visitantes na cidade e, de modo geral, estes foram retratados de forma negativa pelo secretário particular de D. Carlos, cônego Bento Severiano da Luz, responsável pelo relatório da visita episcopal, por apresentarem ofertas (galinhas, ovos e frutas) consideradas impróprias à dignidade episcopal, como também pelos modos e meios com que ofertavam e se portavam diante de tão grande e digna autoridade religiosa. “Apesar de censurá-los e de considerá-los ignorantes nas regras de civilidade, admirava o respeito conferido à pessoa do bispo” (MARIN, 2009, p. 357-358).

A curta permanência da comitiva episcopal em Corumbá e nas outras localidades visitadas impossibilitou uma instrução plena dos diocesanos. Os sermões centraram-se nos pontos doutrinários considerados fundamentais, acreditando que estes, somando-se aos sacramentos, cerimoniais e distribuição dos objetos de devoção, seriam suficientes para mudar o comportamento religioso da população de Corumbá. Mas, na realidade, as devoções promovidas foram cultuadas por um curto período.

Percebemos isso no conteúdo da carta pastoral de 27 de maio de 1888, ou seja, quase dois anos após a visita episcopal, D. Carlos se referiu à tradicional festa de São João corumbaense da seguinte forma:

[Na véspera] pequenas imagens do santo são levadas, com verdadeira palhaçada, aos rios, às fontes, e mesmo à torneira, onde são mergulhadas na água com acompanhamento de cantos e música, e tudo isso com a convicção de estarem praticando atos piedosos; no dia seguinte levam-se as imagens à igreja, onde são colocadas no altar, durante a missa. [Este] abuso extremo deve ser removido por intolerável (Carta Pastoral de D. Carlos Luiz D' Amour de 27/5/1888. apud CASCUDO, 2002, p. 218).

Pelo histórico de permanências e ressignificações da festa de São João em Corumbá,⁶ atualmente uma das mais conhecidas do Brasil, podemos perceber as resistências populares às medidas do bispo reformador quando de sua visita na cidade, e posteriormente de suas cartas pastorais. As peculiaridades de Mato Grosso impediram o bispo de realizar novas visitas ao Sul da diocese. Para suprir essa falta, além de contar com

⁶ Sobre a festa de São João em Corumbá, conferir Rocha (1997).

missionários que o representavam em visitas pastorais, sua atuação se restringiu a cartas pastorais e comunicações.

No ano seguinte à visita do bispo, o capelão militar Gaspar Covellis assumiu a paróquia de Corumbá. Esse clérigo teve uma divergência com o padre maçom Virgílio, divergência essa que ocupou as páginas da imprensa e nos revelou indícios de um novo momento da relação entre Maçonaria e Igreja em Corumbá.

A divergência ganhou as páginas do periódico “A Província de Matto-Grosso”, e girou em torno da encomenda do ritual fúnebre do falecido 2º tenente Antônio Moreira Lima do 2º Batalhão de Artilharia. Com base no regulamento eclesiástico, ambos os clérigos entenderam no direito de encomendar o ritual. Com vistas a resolver o problema, o pároco Gaspar Covellis encaminhou suas reclamações ao bispo diocesano (JORNAL A Província de Matto-Grosso, N. 482 de 25 de março de 1888).

Em ofício, D. Carlos respondeu que, por ter um capelão, o corpo do Exército não deixava de ser sujeito à jurisdição paroquial da freguesia. O bispo cita o artigo 3º do decreto nº 5.678 de 27 de junho de 1874 do regulamento eclesiástico, que diz serem os capelães militares considerados párocos dos estabelecimentos em que servem. Apesar disso, eles não recebem jurisdição paroquial pelo regulamento, essa poderia ser concedida apenas pelo bispo (como nos casos em que capelães assumiram a paróquia quando das vacâncias do frei Mariano).

Ao capelão caberia apenas:

[...] celebrar o Santo Sacrifício da Missa aos domingos e dias santificados; administrar os sacramentos da penitência e da Extrema Unção aos oficiais e praças que se acharem enfermos no Hospital Militar e assisti-los nos seus últimos momentos; comparecer no santo terço do quartel ao toque de recolher sempre que possível; e a ensinar a doutrina cristã aos praças do mesmo batalhão (JORNAL A Província de Matto-Grosso, N. 482 de 25 de março de 1888).

O entendimento do bispo diocesano foi semelhante ao do relator do parecer emitido em 20 de maio de 1879 na Seção de Guerra e Marinha do Conselho do Estado que, com base no regulamento eclesiástico, estabeleceu as jurisdições de capelães militares. Esse parecer foi publicado no periódico “O Apostolo”, exaltando a preocupação relacionada à separação entre poder civil e eclesiástico (JORNAL O Apostolo, N. 83 de 20 de julho de 1879).

De acordo com o relator, os capelães do Exército não passam de simples sacerdotes autorizados pelo diocesano para celebrar missa, pregar e confessar na diocese.

Se esse capelão não tivesse uma licença com poderes além dos de costume, não poderia ele desempenhar todas as funções constadas no regulamento eclesiástico, visto que essas eram privativamente de jurisdição paroquial, salvo estando em campanha, ainda assim, com o conhecimento do bispo.

O relator cita ainda a distinção que havia entre capelães militares em dois estados, expedição e aquartelamento. Em expedição, os capelães poderiam realizar os sacramentos da Penitência, Eucaristia e Extrema unção. Já em aquartelamento, os militares pertenciam à jurisdição paroquial designada pelo bispo diocesano. Segundo o relator, esse costume havia cessado, e os capelães não tinham quase respeito pela jurisdição paroquial. Afirmou também que os capelães não poderiam celebrar o casamento dos soldados, salvo com a autorização do bispo, pois essa função caberia ao pároco designado pelo bispo.

Com base no entendimento do bispo D. Carlos e no parecer da Seção de Guerra e Marinha do Conselho do Estado, vemos que o capelão Virgílio infringiu a jurisdição do pároco Gaspar Covellis. Fugindo ao mérito de quem estava certo ou errado, a importância dessa questão reside inicialmente na intervenção do bispo e, posteriormente, nas acusações publicadas na imprensa que acabam por evidenciar resistências e divisões no clero corumbaense.

O bispo emitiu ofício para cada um dos clérigos envolvidos na questão. A publicação no periódico “A Província de Matto-Grosso” trazia trechos desses ofícios, que ganharam o título de “a mercancia padresca”. Nela, Gaspar Covellis e o bispo D. Carlos recebem acusações. Diferentemente deles, Virgílio é retratado como injustiçado, desprezado de interesses financeiros. Concluímos que, pelo teor revoltoso e acusatório, Virgílio esteve ligado à publicação, apesar de não ter sido identificado como o seu autor.

Para o autor da publicação, a resposta do bispo só demonstrava a intenção de moralizar por todos os meios o seu “agente” em Corumbá, excluindo das atribuições do capelão as cerimônias que poderiam dar lucro. Visto que Virgílio já havia realizado outros rituais fúnebres de praças do Exército que não tinham dinheiro para pagar pelo sufrágio, sem nenhuma reclamação do pároco da cidade. O autor supôs que Gaspar teria ponderado que não poderia ser solícito aos interesses financeiros do bispo, se este lhe cortasse as fontes de lucro na paróquia.

Passado um mês, outra publicação com igual título ganhou as páginas do mesmo periódico. Em seu conteúdo, D. Carlos e o pároco Gaspar Covellis continuaram sendo atacados, agora pela cobrança de preços, considerados pelo autor da publicação, exorbitantes pelo casamento de um fiel. Tanto D. Carlos quanto Gaspar ganhariam com o

sacramento, conhecido como uma espécie de indústria que lucrava com a fé dos “ingênuos corumbaenses”. Tais acusações foram direcionadas abertamente à pessoa do bispo diocesano e de seu clérigo em Corumbá.

O intervalo de tempo entre o fato ocorrido, a comunicação de Gaspar, a resposta do bispo e as publicações no periódico foi de aproximadamente quatro meses. Isso mostra as dificuldades de comunicação na paróquia, e pode ter sido a causa de não termos encontrado documento referente a uma possível ação do bispo contra a publicação.

A partir dos acontecimentos aqui expostos, observamos que esse período inicial das investidas reformadoras do bispo ultramontano encontrou vários tipos de resistência, tanto do clero e dos maçons na pessoa de Virgílio, como da população. Não obtivemos informações a respeito das motivações que levaram a substituição de Gaspar Covellis. O que sabemos é que Constantino de Tárzio, que já havia substituído frei Mariano em 1882, retornou oficialmente como pároco da cidade em 1889. Sua designação marca um novo período das relações entre Igreja e Maçonaria em Corumbá.

EMBATES ENTRE CLERO LIBERAL, APOIADO POR MAÇONS E ANTICLERICAIS, E CLERO ULTRAMONTANO EM CORUMBÁ

O ano de 1889 traz consigo o princípio de um novo regime político no país, a República. Não focaremos nas raízes de um projeto republicano, apesar de apontar a importância que os maçons tiveram no processo.

Após o período da visita de D. Carlos Luiz d'Amour ao Sul da diocese, boa parte das paróquias permaneceu vacante, e, como já apontamos, diversas formas de religiosidades híbridas e tradições populares contrárias aos padrões ultramontanos continuaram nas diferentes localidades da diocese. O bispo se via amarrado na situação em que se encontrava, porque sua idade avançada e os problemas de saúde o impediam de realizar novas visitas pastorais e de participar de outros compromissos episcopais.

A falta de um clero numeroso e, principalmente, capacitado nos moldes ultramontanos para substituí-lo e auxiliá-lo na administração diocesana forçavam a permanência do bispo em Cuiabá. A partir dessa perspectiva, D. Carlos se viu obrigado a contar com a ajuda de visitantes episcopais, que continuariam buscando reformar o clero e (re)cristianizar a população mato-grossense.

O capelão militar Constantino de Tárzio, italiano naturalizado brasileiro, foi designado para a administração da paróquia de Corumbá em substituição a Gaspar Covellis. Tárzio já havia estado à frente da paróquia interinamente em 1882, substituindo

frei Mariano que na ocasião estava em viagem pastoral. Tárzio foi nutrindo uma proximidade com anticlericais e maçons desde essa primeira passagem pela administração.

Afirmamos isso com base em um acontecimento que ganhou as páginas do periódico local “O Iniciador” em 1882. A colônia italiana em Corumbá organizou um cerimonial fúnebre em memória do “recentemente falecido” General Giuseppe Garibaldi. Tárzio consentiu inicialmente a programação, mas, por conhecer a proibição da realização de missas para esse tipo de cerimônia, mudou de parecer. Os italianos se inflamaram contra o pároco que conseguiu reverter a situação (JORNAL O Iniciador, N. 57 de 27 de julho de 1882; JORNAL O Iniciador, N. 60 de 6 de agosto de 1882).

O bispo diocesano o elogiou por ter se negado a realizar a missa, visto que as graças da Igreja Católica eram concedidas apenas aos seus fiéis e, para o bispo, Garibaldi teria sido inimigo da Igreja. Após tais explicações, os italianos entenderam o posicionamento de Tárzio, a ponto de o noticiário o apresentar como um sacerdote sensato e obediente aos seus deveres.

As relações amistosas entre Tárzio, maçons e anticlericais permaneceram durante seu retorno na administração da freguesia em 1889. Diferente daquela postura conciliatória do episódio em 1882, Tárzio passou a se posicionar e tomar atitudes contrárias às ordenanças da Santa Sé.

O pároco, por exemplo, se indispôs com o visitador episcopal José Solari, que afirmou serem os “maçons, acatólicos e casados apenas no civil ou amasiados” impedidos de atuarem “como padrinhos de batizado, crisma ou casamento” (MARIN, 2009, p. 124). Com Tárzio, os maçons, a imprensa, uma associação católica e a colônia italiana criticaram Solari.

Em seu pronunciamento, Solari teria dito que ocorriam bacanais nas reuniões maçônicas e o uso de linguagem depreciativa para a pessoa de um representante do bispo, ofendendo assim o pudor das famílias presentes, e tornando antipática uma associação séria e respeitável como a Maçonaria. Solari teria ainda acusado seus opositores de uma tentativa de assassinato, acusação essa que, para os autores da publicação, “ofendia o caráter pacífico do povo, colocando-o em nível de selvagens. Tudo isso como forma de encarecer seu serviço de missionário aos olhos de seus confrades” (JORNAL O Republicano (MT), N. 320 de 4 de dezembro de 1898, p. 3). Seria uma forma de o visitador ser exaltado pelas dificuldades da missão, enfrentando perigos de morte.

Em suma, a passagem do visitador por Corumbá nos mostrou a proximidade de Tárzio com os posicionamentos dos maçons e dos anticlericais. Como também a visível

secularização da população de Corumbá, que resistiu de maneira mais enérgica às medidas ultramontanas.

Uma nova etapa de embates se iniciou em Corumbá com a presença dos salesianos. D. Carlos percebeu as vantagens que a instalação da Ordem traria para seu projeto reformador, a partir do aumento do número de clérigos de orientação ultramontana e a disponibilidade para permanecerem na cidade. Em uma de suas cartas, D. Carlos afirmou que “encontra-se o atual vigário daquela paróquia muito enfraquecido e eu muito o desejaria, que os salesianos regessem a paróquia e administrassem outras duas limítrofes atualmente vacantes” (MARIN, 2009, p. 125).

De acordo com Marin (2009, p. 126), “durante os seis primeiros anos, os salesianos enfrentaram a oposição da maçonaria, da prefeitura, do pároco, das autoridades policiais e da colônia italiana”. Os salesianos criticavam a conduta moral de Tárzio, contrária aos ideais ultramontanos. Diferente do caso ocorrido em 1882, Tárzio teria entronizado na sacristia da igreja matriz um retrato de Giuseppe Garibaldi de Mazzini e do rei Vitor Emanuel da Itália, apesar de saber da proibição.

Tárzio ainda recebia maçons e anticlericais como padrinhos de batismo e realizava seus casamentos e funerais, também contrariamente aos preceitos ultramontanos. Além disso, permitia que moças cantassem com os homens no coral da igreja, fato visto com maus olhos pelos salesianos (MARIN, 2009).

Novamente frisando o episódio de 1882, quando Tárzio mesmo diante do clima de ameaças não voltou atrás de sua decisão de não realizar a missa pela alma de Giuseppe Garibaldi, até receber o posicionamento do bispo diocesano. Dessa vez, mesmo tendo conhecimento antecipado da proibição, o pároco celebrou na matriz uma missa pela alma do rei Humberto I, da Itália, e fez um discurso em sua honra. Episódio que foi denunciado ao bispo pelos salesianos.

D. Carlos teria se referido ao pároco como um “palerma” por ter profanado o templo dessa forma. Em 22 de outubro de 1900, o bispo suspendeu Tárzio por dois meses do exercício de suas funções eclesiásticas, em seu lugar os salesianos administrariam a paróquia enquanto durasse o impedimento (MARIN, 2009).

Os maçons, a colônia italiana, anticlericais e os partidários do pároco organizaram uma manifestação a seu favor e foram dirigidos ao bispo inúmeros pedidos pelo fim da suspensão. D. Carlos permitiu apenas que Tárzio realizasse missas em casas particulares. Tárzio acabou sendo transferido em 1902 para São Luís de Cáceres, e a paróquia ficou vacante, assumida posteriormente pelos salesianos. As resistências às ordens religiosas se

intensificaram na cidade, com até ameaças de incêndio e morte. Os salesianos cogitaram transferir-se para São Luís de Cáceres, porém permaneceram na cidade (MARIN, 2009, p. 128).

De acordo com Marin (2009), a secularização advinda com a República inibiu ainda mais a vida religiosa. A elite mato-grossense teria encontrado na franco-maçonaria, nos clubes republicanos e no liberalismo o ideário que respondia aos seus anseios e problemas. Já a Igreja teria ficado isolada e sem os apoios tradicionais.

Prova dessas mudanças são observadas na secularização dos cemitérios, retirados do poder eclesiástico, na renomeação de ruas e praças que tinha referência ao Catolicismo, substituindo seus nomes por outros referentes ao novo regime. Em Corumbá, as atuais Praça da República e Praça da Independência, antes se chamavam largo de Nossa Senhora do Carmo e largo de Santa Tereza, respectivamente (MARIN, 2009, p. 129).

Apesar do fechamento da Loja Caridade e Silêncio em 1897, os maçons corumbaenses continuaram atuando na região, imbuídos de seus ideais nos diversos espaços que ocupavam. Além disso, a Loja Pharol do Norte em Ladário permaneceu ininterruptamente com suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença maçônica se deu principalmente nos grandes centros brasileiros do século XIX, embora tenha avançado nas províncias menos expressivas economicamente a partir da década de 1870. Naquele momento, Corumbá assumiu o status de principal entreposto comercial de Mato Grosso, além de abrigar uma das bases navais do Império. Nesse caso, tanto no sentido comercial, quanto político e militar, a localidade assumiu um papel importante no cenário regional. Esses fatores foram importantes para o processo de instalação e permanência da Maçonaria na região.

A relação institucional entre Igreja Católica e Maçonaria foi de diferentes períodos que se alternaram entre momentos de maior proximidade, e outros de intensos embates. As peculiaridades de Mato Grosso, somadas às fragilidades institucionais da Igreja Católica, obrigaram o bispo diocesano a mudar constantemente suas estratégias de reformar o clero e (re)cristianizar a população. No relatório da viagem de sua visita pastoral ao Sul da diocese foi destacado o número de sacramentos realizados, o que, na prática, não significou mudanças concretas no hibridismo religioso da população corumbaense.

Os maçons de Corumbá, com toda representatividade social conquistada, já que eram homens influentes na economia e com significativa atuação no cenário político,

operando em diferentes instituições públicas, assumiram papel importante na divulgação dos ideais liberais na cidade. Somando-se a isso, as particularidades do contexto corumbaense impediram qualquer medida enérgica contra os maçons por parte do bispo ultramontano. Quem chegou mais próximo de uma ação mais incisiva contra os maçons foi o visitador José Solari. Porém, maçons, anticlericais e o pároco da cidade Constantino Tárzio reprovaram seu posicionamento.

Diante das resistências da população, impossibilidades de realizar novas visitas em virtude da idade avançada, da escassez de um clero “capacitado” para substituí-lo na direção da sede episcopal em Cuiabá e de formar um clero de orientação ultramontana através do Seminário Episcopal, o bispo precisou reformular suas estratégias. Desse modo, ele tentaria implantar sua reforma através de ordens religiosas. Para Corumbá, o bispo enviou os salesianos.

A ordem dos salesianos enfrentou muitas resistências na cidade. Além da ligação com o viés ultramontano, eles se tornaram uma espécie de “olhos” do bispo. Enviaram diversas comunicações, dentre elas uma que acabou gerando o impedimento de Tárzio realizar funções religiosas por dois meses. A relação de Tárzio com maçons, anticlericais e com a colônia italiana era tão boa que esses grupos se manifestaram a favor do pároco. Percebemos nesses episódios a ligação da Maçonaria com um clérigo liberal contra clérigos ultramontanos. Desse modo, nos últimos anos do século XIX e os primeiros da centúria seguinte, maçons e religiosos ultramontanos se enfrentaram em diferentes momentos no Sul da província de Mato Grosso.

FONTES

Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, Rio de Janeiro, dezembro de 1882. Ano XI, n. 12.

JORNAL A Província de Matto-Grosso, N. 482 de 25 de março de 1888, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Apostolo, N. 138 de 2 de dezembro de 1877, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Apostolo, N. 83 de 20 de julho de 1879, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Apostolo, N. 71 de 29 de junho de 1884, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Iniciador, N. 57 de 27 de julho de 1882, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Iniciador, N. 60 de 6 de agosto de 1882, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Liberal, N. 123 de 29 de janeiro de 1874, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

JORNAL O Republicano (MT), N. 320 de 4 de dezembro de 1898, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO. Breve história da loja Caridade e Silêncio. In: **Informativo GOEMS** – Setembro de 1997, p. 42-44.

REFERÊNCIAS

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp - Centro de Memória da Unicamp, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade. **Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña**, v. 1, p. 138-151, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia do folclore brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2002. Vol. 1.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1998.

DOPKE, Tiago Wolfgang. **Nosce te ipsum: sociabilidade maçônica na Revista Consciência**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, MS, 2011.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo maçônico e cultura política na corte imperial brasileira (1871–1874)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, RJ, 2012.

MARIN, Jérri Roberto. **A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

MARIN, Jérri Roberto. As viagens pastorais de D. Carlos Luiz D'Amour na diocese de Cuiabá. In: XII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: Democracias e Ditaduras no Mundo Contemporâneo, 2014, Aquidauana. **Anais do Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul**. Aquidauana/MS: ANPUH - MS, 2014.

MARTINS, Arilson Aparecido. **O Seminário Episcopal da Conceição na formação das elites de Mato Grosso (1858 – 1880)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Lisboa, Portugal/Lisboa, 2014.

MORAES, Sibebe de. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá, MT, 2003.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Aspectos do ultramontanismo oitocentista: Antônio Ferreira Viçoso e a Congregação da Missão em Portugal e no Brasil (1811-1875)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, 2015.

ROCHA, Eunice Ajala. **A Festa de São João em Corumbá**. São Paulo: Editor Ação, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 12. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, MS, 2017.

SENA, Divino Marcos de. Trabalhadores livres no “Baixo Paraguai” do Império do Brasil. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 153-173, jul./dez. 2010.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. Pela salvação das almas: a presença de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, MT, UFMT, v. 7, p. 183-211, 2014.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 18/12/2020
PARECER DADO EM: 15/03/2021